

GRAMÁTICA: A VISÃO DE PROFISSIONAIS DE LETRAS FORMADOS PELA UFPE/BRASIL E FLUP/PORTO/PORTUGAL

LUNA, Maria José de Matos/ARAÚJO, Gilda Maria Lins ⁽¹⁾

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE; Gramática; Língua Portuguesa; prática pedagógica

Esse trabalho analisa a visão de gramática por profissionais de Letras formados pela UFPE/Recife/Brasil e FLUP/Porto/Portugal. Justifica-se por refletir a complexidade das relações entre **forma e conteúdo**; delinear a prática pedagógica desses professores; porque estudos dessa natureza abrem amplo diálogo essencial à compreensão, formulação/reformulação do currículo e a formação do professor de língua portuguesa e pela promoção de uma maior divulgação entre países de língua portuguesa. Um desafio atraente que deveria impulsionar professores e lingüistas ao estudo das afirmações que constituem a gramática, ao estudo da qualidade de nossas descrições gramaticais e à responsabilidade de vincular toda e qualquer análise a uma teoria geral do funcionamento da língua. Nessa tarefa utilizamos textos desses profissionais por ocasião de retorno à Universidade/Faculdade, para curso de capacitação de professores (Brasil), com a aplicação de uma atividade denominada de **diagnóstico** englobando as unidades básicas do ensino de português e seus fundamentos: leitura, produção de textos e análise lingüística; e para curso de Especialização (Portugal) respostas à aplicação de **inquéritos**: como ensina a gramática normativa e que concepção tem da gramática do/no texto. Entre tantos estudiosos que dão suporte as nossas investigações, Neves (2005), “*declara que as aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso*”, o que ratifica os resultados dessa pesquisa: entre os exercícios, os mais trabalhados são os que tratam do reconhecimento das classes de palavras, de funções sintáticas e do reconhecimento e classificação das funções sintáticas; - a percepção da gramática está mais atrelada à postura pedagógica do que mesmo à importância do seu domínio para a comunicação.

(1) Luna, Maria José de Matos e Araújo, Gilda Maria Lins. UFPE - Departamento de Letras. Av. dos Reitores, s/n – Campus – Cidade Universitária- Recife-PE, CEP 50670-420 – Fones (81) 2126-8785 – (81)2126-8786- FAX: (81) 2126-8787 – E-mail: letras_ufpe@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, investigamos, na produção de texto de profissionais de Letras, da Universidade Federal de Pernambuco-Brasil e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Portugal, os domínios conceituais e metodológicos de gramática, um dos elementos da formação do professor para o ensino de língua materna, nos níveis fundamental e médio, Brasil; básico e secundário, Portugal. Partimos da hipótese de que a concepção de gramática corresponderia a uma visão atualizada das teorias lingüísticas que deveriam nortear as práticas pedagógicas. Com vistas à comprovação dessa hipótese, investigamos, obviamente, as noções de língua e linguagem subjacentes às atividades lingüísticas por eles delineadas. Os resultados foram contundentes ao revelarem que o professor declara ser sociointeracionista, mas sente-se inseguro em fazer uso dessa teoria; tem conhecimento das concepções de língua(gem), mas ainda necessita de uma formação continuada, relativa a uma visão lingüística que favoreça o processo de ensino-aprendizagem; tem uma postura pedagógica diferenciada. Propomos, então, um redirecionamento na formação de professor: que **a formação continuada** tenha um espaço privilegiado com abordagens e tendências que atendam às reais necessidades da sociedade, nos aspectos sócio-político-cultural.

Especificamente no Brasil, o isolacionismo das diferentes áreas estudadas, com a separação que é feita entre as disciplinas que se ocupam do conhecimento da língua portuguesa e as que se concentram nas práticas pedagógicas, concorre para o surgimento de profissionais que não detém, entre outros, o domínio da língua, quer por lacunas na formação, quer por dissociação da teoria/prática, (formação básica x licenciatura) com rebote, imediato, nas situações discursivas.

Uma mudança de perspectiva, dessa natureza, deve, certamente, afetar uma nova ou outra concepção do ensino da Língua Portuguesa. Se a hipótese funcionalista reside no fato de a estrutura gramatical depender do uso que se faz da língua, determinada pela situação comunicativa, pensar a língua e, conseqüentemente a gramática, implica compreendê-las motivadas pelas circunstâncias e pelos contextos específicos de uso.

Assim, os avanços, nos âmbitos teórico e acadêmico, devem estender-se às salas de aula. Como justificar as dificuldades dos alunos no terreno da aprendizagem da língua materna? Por que não compreender tais dificuldades como fruto da concepção prescritiva da gramática tradicional que não contempla a maleabilidade da língua? Por que não olhar a gramática tradicional como uma obra de referência e de apoio? Afinal é sempre dela que partimos, como primeiro paradigma, para as reflexões a respeito da língua.

Nessa perspectiva, questões referentes à compreensão do que venha a ser a gramática no/do texto, **são pontos observados** na análise de textos desses profissionais de Letras, produzidos através de inquéritos/Porto–Portugal e diagnósticos/Pernambuco-Brasil.

Esse profissional, uma vez formado, livre dos compromissos formais de estudante e detentor do título de professor, respondendo a um inquérito/diagnóstico propositadamente elaborado sobre assuntos exaustivamente trabalhados na sua formação, teve oportunidade de apresentar conhecimentos que justificassem sua prática pedagógica, e que corrobora a relevância dessa pesquisa, entre outras razões, por abranger Portugal e Brasil, o único país lusófono da América Latina, fortalecendo a unidade da língua portuguesa; – porque estudos dessa natureza abrem um amplo diálogo essencial à compreensão, formulação/reformulação do currículo e a formação do professor de língua portuguesa; – por haver um grande déficit do conhecimento e debate sobre o perfil do profissional de Letras formado pela FLUP/UFPE; – pela promoção de

uma maior divulgação entre países de língua portuguesa; – e, finalmente, porque a pluralidade lingüística dos países encontra eco para investigação do ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

ANÁLISE DOS INQUÉRITOS/DIAGNÓSTICOS

Sem perder de vista as duas vertentes orientadas pelas Leis de Diretrizes (doravante LDB), versão 1996: a transdisciplinaridade e o caráter social do uso lingüístico, e ainda, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN), no tratamento específico da língua, é possível que o professor formado, nessa nova orientação, tenha uma mudança de perspectiva pela qual o aluno trabalha questões lingüísticas para propósitos pragmáticos e comunicativos de maior evidência, vinculados a seu ambiente histórico-social.

Então, o que se propõe é a investigação dos usos lingüísticos como um contínuo, logo nível de investigação situado além do foco e dos propósitos da gramática tradicional; numa perspectiva sócio-interacionista.

Por essa visão, a linguagem é concebida como um instrumento de interação social e cujo interesse vai além da estrutura gramatical, tendo como verdade que todo falante nativo de uma língua domina a gramática, nos termos definidos por Possenti (2002).

Quanto à gramática, o que acrescentar? Aquela que tem uma função sócio-cognitiva relevante desde que entendida como uma ferramenta que permite uma melhor atuação comunicativa.

Nesse sentido, o professor deverá ser um consumidor da investigação, e transformador do ensino, porque transformou o seu pensamento como partícipe do processo investigativo. Um professor que tenha uma opinião formada frente à polêmica estabelecida, nos dias atuais, em torno do ensino da gramática. Um professor que saiba fundamentar teoricamente, a concepção de gramática (sentido estrito e sentido ampliado), que tenha a certeza da relevância da gramática no ensino de português; que considere a língua padrão, mas que reconheça a importância e o papel das variedades lingüísticas, e, finalmente, um professor que saiba o que ensinar, quando ensinar, como ensinar. Estas são, por assim dizer, as matrizes a serem consideradas na formação de um professor, e é isso que esperamos aconteçam ao longo do curso de Letras, num esforço conjunto dos Departamentos de Letras e de Educação em prol da nossa língua como patrimônio cultural.

É nesse contexto que se situa a questão gramatical e todo o trabalho com a língua. Trata-se de valorizar a reflexão sobre a língua, saindo do ensino normativo para um ensino mais reflexivo, da parte do professor; o perceber a língua variável e variada, as normas gramaticais não poderão ser tão rígidas e não podem ser o centro do ensino, da parte do aluno.

Entretanto, para o profissional que se encontra no mercado, há algum tempo, algumas vezes torna-se difícil rever toda a sua formação e abrir-se para repensar o alcance real de sua prática. Diante desse quadro, há quem se pergunte:

Então, não devo mais ensinar a gramática? Pergunta reveladora de todo o peso da tradição segundo a qual o professor de português seria uma espécie de guardião da língua nacional.

Ganha espaço a noção de linguagem como uma faculdade humana universal; e a noção de língua como uma dada manifestação particular, histórica, social e sistemática de comunicação humana. As línguas não são apenas um código para comunicação, mas, fundamentalmente, uma atividade interativa (dialógica) de natureza sócio-cognitiva e histórica.

Como já dissemos, em outro momento, os textos aqui utilizados correspondem a **respostas de profissionais** por ocasião de retorno à Universidade/Faculdade, para curso de capacitação de professores através do Projeto VITAE¹ (é o caso do Brasil), à aplicação de uma atividade denominada de **diagnóstico** englobando as unidades básicas do ensino de português e seus fundamentos: leitura, produção de textos e análise lingüística; e para curso de Especialização (é o caso de Portugal) respostas à aplicação de **inquéritos** com o introdutório abaixo transcrito:

Caro(a) Professor(a).

Este inquérito tem como objetivo recolher dados com vista a aferir/comparar métodos/estratégias levados a cabo pelo profissional português e brasileiro. Não é necessária nenhuma identificação ou pesquisa.

Para os textos do Porto utilizaremos a inicial – I para inquérito, o número correspondente localizado na íntegra, e a letra “P” identificação de produção da cidade do Porto. Assim, em (I–2–P) leia-se: Inquérito dois do Porto. Para os textos do Brasil, teremos D–para diagnóstico, o número correspondente, na íntegra, e a letra B como identificação de uma produção realizada por profissionais brasileiros, visualizados como no exemplo a seguir, (D–2–B), onde se lê: Diagnóstico dois do Brasil.

¹ VITAE é uma sociedade civil sem fins lucrativos cujo objetivo é incentivar a realização de atividades que visem à melhoria das condições de vida da comunidade e o acréscimo de seu patrimônio espiritual. Para atingir este objetivo, apóia projetos nas áreas de educação, cultura e promoção social

Essas produções retratam o profissional de Letras nos dois continentes. Espera-se contribuir, com sugestões, para a formação do professor no tocante ao conhecimento dos conceitos adotados por diversos modelos teóricos levando-os a fazer escolhas didáticas adequadas.

Para os profissionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Portugal perguntou-se: - Como ensina a gramática normativa; - Que concepção tem da gramática do/no texto.

A seleção de perguntas para os profissionais do Brasil foram: - Você procura explicar o que o ensino tradicional muitas vezes deixa implícito; - Considera que é importante para a comunicação o domínio das regras gramaticais; - Que aspectos tornam mais difíceis o ensino da gramática.

Processualmente, vamos transcrever e analisar alguns fragmentos com uma maior frequência no corpus, sem perder de vista a preparação oferecida pelo currículo de graduação; e as funções de ensino que a escola assume com esse profissional: -A gramática que se fala na escola; - A gramática que deve nortear a didática escolar; - Para que se ensina a gramática; - E para que se usa uma gramática ensinada na escola.

Nos inquéritos/diagnósticos apresentados pelos profissionais das Letras, nos dois países, a percepção da gramática está mais atrelada à postura pedagógica do que mesmo à importância do seu domínio para a comunicação. É o que atesta o (I-14-P) em resposta ao como ensina a gramática normativa “*–A partir de exemplos previamente selecionados, que permitam aos alunos verificar as regularidades da língua. Esta metodologia permitirá aos alunos chegar às suas próprias conclusões e formular regras gramaticais*; (D-26- B), em resposta a importância das regras gramaticais para a comunicação. “*–Em relação à gramática, faz-se necessário ter um conhecimento sobre*

seus conteúdos, porém devemos ter o máximo cuidado para não “ficarmos naquela” de conceituar regras e mais regras de gramática para o nosso aluno, pois a tendência é a “decoreba”, levando ao desinteresse do aluno”.

O equívoco de que ‘ensinar gramática é o mesmo que ensinar língua’ ainda persiste, conforme Possenti (2002:60). Essa discussão continua atual porque os professores ainda não sabem quanto tempo dispensar, nas aulas, para atividades de gramática, leitura e redação e porque, embora tenha havido mudança de discurso, a prática escolar continua basicamente a mesma, com raras exceções.

(D-2-B) “Abordando a questão gramatical, é indispensável o ensino das regras gramaticais, (...) bem como apresentar situações em que ocorre a comunicação”.

*(I-2-P-) “Como já referi, a gramática deve ser dada na sala de aula em articulação com os outros domínios da língua (ouvir, falar, ler e escrever). Assim, esta deve partir sempre do texto pois este é um autêntico “mosaico de citações”, a partir do qual podemos trabalhar tudo o que quisermos **ao nível do funcionamento da língua.**”*

E a gramática, em se tratando de pontos de reflexão e argumentos para professor, será destacada de três maneiras, continua o Autor (op.cit): a) regras que devem ser seguidas; b) regras que são seguidas; e c) regras que o falante da língua domina. Essas três noções caracterizam três tipos de gramática, ou três sentidos um pouco mais precisos para a palavra “gramática”.

A primeira definição é a mais conhecida do professor do ensino fundamental/médio, porque é, em geral, a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. Esses compêndios se destinam a fazer com que seus leitores aprendam a “falar e escrever corretamente”. Para tanto apresentam um conjunto de regras, relativamente explícitas e relativamente coerentes, que, se dominadas, poderão produzir, como efeito, o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral). Obrigação mas também a idéia de regularidade e constância.

(I-11-P) “A gramática normativa é sempre trabalhada, nas minhas aulas, de acordo com os textos estudados”.

(I-3-P) “Só ensino a gramática normativa nos momentos da aula em que há a sistematização da língua...”.

A segunda definição é a que orienta o trabalho dos lingüistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas. Suas regras organizam observações sobre fatos, sem qualquer conotação valorativa. Vejam os depoimentos abaixo:

(D-1-B) “Com relação à gramática não considero importante as regras para que haja uma comunicação, pois, a Lingüística afirma que para haver uma comunicação não é necessário a utilização de regras gramaticais. **O estudo da gramática torna-se difícil por ser pouco usada na linguagem falada**”.

(I-1-P) “Penso que o aluno deve ter, primeiro, consciência do que o texto diz, ou pretende transmitir e, mais tarde, a forma como é feita, ou que “gramática” o autor utilizou para o fazer”.

Cabe, portanto, aos docentes de graduação em Letras preparar as bases de um tratamento escolar, cientificamente embasado – e operacionalizável – da gramática do português para falantes nativos, o que representaria dar aquele passo tão reclamado entre o conhecimento das teorias lingüísticas e a sua aplicação na prática.

A terceira definição refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos lexicais e sintático-semânticos que habilitam o falante a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua. Para Possenti (op.cit.) uma gramática descritiva é tanto melhor quanto mais ela for capaz de explicitar o que os falantes sabem. Em outras palavras, quanto mais a gramática descritiva for um retrato da internalizada, que, a rigor, é seu objeto. As regras expressam, no caso, sem qualquer conotação valorativa, aspectos dos conhecimentos lingüísticos dos falantes que têm propriedades sistemáticas

(D-2-B) “Abordando a questão gramatical, é indispensável o ensino das **regras gramaticais**... outro aspecto a ser considerado são as próprias regras gramaticais, que deveriam ser reformuladas”.

(I-17-P) “Deve-se partir do texto para o estudo das **regras gramaticais** da língua...”.

Por sua vez, a investigação do ensino da gramática do/no texto relaciona-se ao argumento de que uma das finalidades do ensino gramatical é conscientizar o estudante de sua língua, da língua que ele deve aprender a manejar, seja lendo, seja escrevendo. Essa exigência que a civilização faz do homem moderno é que ele seja capaz de adquirir conhecimentos técnicos a partir de textos escritos; e capaz de obter informações cruciais para a sua participação na vida política de sua comunidade e do seu País.

(I-1-P) “Normalmente tento sempre partir do texto para leccionar algo ao nível de contexto gramatical”.

(D-3-B) “A gramática é um referencial para o estudo da Língua, portanto de fundamental importância para a comunicação. Na comunicação escrita os alunos e muitos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio, têm serias dificuldades em escrever e acentuar corretamente as palavras. Confesso que muitas vezes me sinto impotente diante deste fato”.

No (I-33-P), “Nas aulas não ensino gramática pela gramática. Integro-as nas **análises que fazemos de uma determinada obra**”, e no (D-26-B) “É interessante trabalhar com o aluno a gramática **dentro das produções textuais, das falas, de textos de autores conhecidos.**”

Dessa forma, a gramática **no texto** deve ser uma aplicação do português-padrão em textos selecionados, quer literários, quer na literatura técnica e jornalística.

Parece não haver um consenso, por parte dos professores brasileiros, de que não se deve ensinar a gramática normativa tradicional, somente nove, das quarenta respostas, – não consideram importantes as regras gramaticais para que haja comunicação, no que concordam os professores lusitanos.

(D-30-B) “É importante, pois é o meio que nos possibilita enfrentar com igualdade a sociedade”.

(D-1-B) “Com relação à gramática não considero importante as regras para que haja uma comunicação”.

(I-1-P) “A gramática normativa pouco é utilizada no contexto de sala de aula.. Tudo deve estar relacionado e a gramática não deve aparecer aos alunos como algo isolado ou estanque”.

Uma pergunta se impõe. Se a gramática tradicional é inadequada, o que colocar em seu lugar? Os professores sentem que a doutrina gramatical é ultrapassada, incoerente e, muitas vezes, simplista até a ingenuidade; os alunos, por sua vez, desestimulados por não verem relação com fatos observáveis.

(D-2-B) “... No entanto, o que torna mais difícil o ensino da gramática ainda é a aplicação da mesma nas situações de uso diário, sabendo que a Língua é viva e mutável, outro aspecto a ser considerado são as próprias regras gramaticais, que deveriam ser reformuladas”.

Um dos lingüistas/gramáticos brasileiros auxilia-nos nesta empreitada. Assim, Perine (1991) aponta três principais falhas da gramática tradicional: a) sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; b) seu caráter predominantemente normativo; e c) o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variedades.

Repensando esses três pontos, encontra as seguintes saídas: a gramática deverá, primeiro, colocar em seu devido lugar as afirmações de cunho normativo, apresentando o dialeto padrão como uma das possíveis variedades da língua, e não a única. Posteriormente, a gramática deverá descrever pelo menos as principais variantes (regionais, sociais e situacionais). E, por último, a gramática deverá ser sistemática, teoricamente consistente e livre de contradições, com objetivo de proporcionar um campo para o exercício da argumentação e do raciocínio, contribuindo para a formação intelectual dos estudantes. Veja-se que alguns professores parecem estar atentos a esses pontos.

(D-12-B) “A gramática, ou melhor, seu estudo, deixa passar que a língua padrão é a correta, todavia procuro mostrar que a variação lingüística existe e que não podemos deixá-la de lado.”

Quanto às teorias lingüísticas, segundo o autor, estas ainda não chegaram a consolidar um corpo de doutrina capaz de permitir uma descrição funcional-integral do saber elocucional, do saber idiomático e do saber “expressivo”. E o professor se ressentia dessa lacuna e, na prática, atribuiu a dificuldade à gramática;

(D-13-B) “São várias regras para serem decoradas, será que algum professor seria capaz de utilizá-las? daí tornar-se difícil o ensino da gramática, grandes detalhes minuciosos”.

A terceira crise a que se refere, está centrada na escola, na medida em que, não se fazendo as distinções necessárias entre gramática geral, gramática descritiva e gramática normativa, a atenção do professor se volta para os dois primeiros tipos de gramática, desprezando justamente a gramática normativa que deveria ser o objeto central de sua preocupação e, em consequência, despreza toda uma série de atividades que permitiriam levar o educando à educação lingüística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático.

(D-15-B) “A questão da descontextualização é o que torna mais difícil o ensino-aprendizagem da gramática, pois ensiná-la sem uma função social não faz sentido, pois a gramática é o esqueleto da fala”.

E o que é pior: centrado no fracasso do aluno. Ao longo dos anos, a gramática vem sendo carregada pela escola como parte fundamental do ensino de língua e o hábito de considerá-la importante tem feito com que, raramente, seus objetivos sejam sequer explicitados.

Neves (2005:12), em estudo específico sobre a gramática, *declara que as aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso.*

(D-3-B) “A gramática é um referencial para o estudo da Língua, portanto de fundamental importância para a comunicação. Na comunicação escrita os alunos e muitos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio, tem serias dificuldades em escrever e acentuar corretamente as palavras. Confesso que muitas vezes me sinto impotente diante deste fato. Os alunos não lêem, portanto não sabem escrever”.

(I-11-P) “A gramática do/no texto é a forma como o texto se organiza; as frases, o parágrafo, o texto global”.

Enfim, no diagnóstico do Brasil, as mais relevantes e significativas respostas que nos permitem detectar a compreensão sobre a Gramática:

- É importante exigir do aluno apenas o uso das regras para a comunicação e não o seu domínio total. (4)
- O aluno não deve dominar as regras para comunicação, pois o que está sendo enfatizado neste momento é a compreensão da mensagem e não os erros gramaticais cometidos. (4)
- Não é obrigatório o domínio das regras gramaticais para a comunicação, o que é importante é a compreensão da mensagem e não os erros gramaticais. (5).
- É necessário o domínio da gramática aplicada à produção falada e escrita. (9)
- É indispensável ensinar as regras, sem deixar de mostrar as variações que ocorrem na língua. (2)
- É importante, mas torna-se difícil porque é pouco usada na língua falada. (7).

Nos inquiridos de Portugal, na cidade do Porto, seguem-se as respostas, igualmente mais relevantes e significativas:

- Gramática a partir de exemplos retirados do texto para se chegar a regra. (9).
- Partindo-se do texto para ensinar a gramática. (10).
- Gramática através do método indutivo e expositivo (4).
- Gramática contextualizada a partir de exemplos simples e corretos, quando possível, através de atividades lúdicas (4).
- Gramática – consciência quanto à forma como o texto foi construído para se chegar ao sentido e depois a regras. (4).
- Gramática Normativa como resultado de atividades cognitivas e metalingüísticas. (1)
- Gramática para compreensão e interpretação de textos.(5)
- Trabalho a gramática normativa a partir de exemplos retirados do texto.

(Do exemplo para as regras gramaticais da língua) (9)

- Trabalho a gramática normativa partindo do texto para o contexto gramatical. (16)
- Trabalho a gramática em articulação com os outros domínios da língua (ouvir, falar, ler e escrever). A gramática para o funcionamento da língua. (3)
- Trabalho a gramática textual como instrumento à didática (1)
- Gramática para aprofundar e melhorar o conhecimento da língua materna e a expressividade. Gramática para exercícios estruturais. (4)
- A Gramática Normativa tem de servir necessariamente a construção de sentidos, a coesão e a coerência textual. (2)
- A Gramática Normativa está ao serviço da semântica do texto/interpretação de texto e para depois passarem à formulação da regra. (3)

Com esses depoimentos, os professores de ambos os países nos conduzem a algumas reflexões, suscitadas a partir da leitura e análise dos pressupostos teórico-metodológicos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quanto ao ensino de língua portuguesa no Brasil: Qual a finalidade da gramática tradicional? Por que ensinar ou não a gramática? O que devemos ensinar aos nossos alunos em sala de aula? Qual a melhor forma de ensinar a língua padrão se pela gramática tradicional, ou como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), através de práticas de ensino de língua amparadas nos conhecimentos produzidos pela lingüística textual, pelas teorias da enunciação e da análise do discurso?

Foi-nos permitido inferir que ainda existem algumas dificuldades impedindo a definitiva implantação dos PCN nas escolas brasileiras: questões de ordem política e financeira, formação precária dos professores e, até mesmo, falta de conscientização destes profissionais, para citar alguns exemplos. Contudo, as idéias nele perpassadas já se encontram em andamento (embora em processo experimental). É sabido que a gramática, da maneira como é (ou já em alguns casos, como era) passada aos alunos, não desenvolve sua competência discursiva. Espera-se, portanto, uma maior abertura às teorias lingüísticas contempladas nos PCN, não apenas por parte dos professores, mas especialmente por parte das instituições educacionais, que, muitas vezes, ditam uma

metodologia que entrava o trabalho do profissional para o qual a língua abrange mais que uma simples estrutura textual, engloba elementos sociais – o falante e seus interlocutores - que interagem com a língua viva, reproduzindo e, também, transformando-a.

Os Professores apresentam, ainda, visões coerentes ao basearem-se em concepções sociointeracionistas e socioconstrutivistas de aprendizado com a ressalva da nossa parte de que há, no mínimo, problemas que podem ser apontados de ordem metodológica, pela escassez de orientações concretas ao professor.

Suas experiências pessoais, por sua vez, enquanto professores de língua portuguesa, em relação às abordagens da gramática tradicional/prática lingüística, revelam que praticam as duas ao mesmo tempo, embora haja um sentimento de mudança. Confirmam que a Gramática Normativa pouco ajuda os alunos, mas ainda não sentem segurança para mudar completamente, substituindo-a por outra abordagem.

Mas, se a primeira forma de abordagem (Gramática Normativa), foi incutida na formação desses professores e, como tal, reproduzida nos primeiros anos de trabalho do Ensino Fundamental e Médio; a segunda (Prática Lingüística), apresentar-se-á, a partir da formação continuada, esta é a conclusão a que se pode chegar.

A revisão da natureza das diferentes tradições teóricas que subjazem as abordagens de ensino sobre questões de ordem prática deve ser uma constante. Os impasses oriundos da proposta de conhecer as concepções de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, de professores de LP com formação acadêmica diversa em relação ao tema "Ensinar pela Gramática Tradicional ou pela Prática Lingüística preconizada nos PCN", é uma reflexão que não termina aqui, porque não chegamos a um nível satisfatório de conhecimento, domínio, e prática dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

RESULTADOS/CONCLUSÕES DA ANÁLISE

Os resultados, a eles incorporados possíveis propostas a que agora chegamos, dar-se-ão para os cursos de Letras nos dois países, observadas e respeitadas as particularidades de cada um no que se refere às questões de ordem pedagógicas – a realidade do aluno e a do profissional: sua cultura, sua trajetória- e de natureza lingüística para, assim, tentar dar conta dos grandes eixos sobre os quais deve assentar o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa – sugestões/propostas para novos elementos serem incorporados, a título de contribuição.

Conforme os dados coletados, quanto ao domínio das regras gramaticais, por exemplo, 52% dos professores alegaram que o domínio das mesmas não era imprescindível para a competência comunicativa, e que a leitura assumiria um papel de colaboradora para a produção de texto.

Essa compreensão de que a língua não se restringe a um conjunto de regras é também perceptível nos profissionais da cidade do Porto, donde comungamos da percepção do uso da linguagem como atividade social, ato histórico, político e cultural que envolve um complexo conjunto de habilidades cognitivas, textuais e interativas, e de fatores situacionais.

(I-10-P) “A gramática normativa resulta de atividades metacognitivas e metalingüísticas que permitem ao aluno a conceptualização, sistematização e aplicação contextualizadas das actividades de língua daí decorrentes. A gramática do texto é uma concepção global das múltiplas dimensões da língua”.

O ensino da gramática deveria, portanto, ter um enfoque funcional-comunicativo, logo direcionado para uma gramática do tipo reflexivo, como destaca Corblin (1988).

Com os resultados, acreditamos que a universidade pode mudar as condições de ensino fundamental e médio, no Brasil e em Portugal, a partir de estudos que

realimentem o curso de graduação, nesse caso específico, na formação do profissional de Letras. Porém essa atividade exige um esforço e trabalho dos dois lados: do professor universitário que precisa estar sempre muito bem informado sobre os problemas do ensino fundamental e médio, conhecer e saber lidar com novas propostas educacionais e com novas tecnologias; do lado do professor do ensino fundamental e médio, há que se levar em conta, além da falta de preparo e das péssimas condições de trabalho, se esta parceria é de seu desejo, se ele realmente quer. Ele precisa falar, apresentar suas dificuldades diárias, e juntos, ele e o professor universitário, procurarem as soluções.

Nesse sentido, a formação continuada torna-se um sustentáculo do processo ensino-aprendizagem. Aliás, a FLUP tem um Gabinete de Formação e Educação Contínua, na qual disponibiliza, em caráter permanente, questionário de diagnóstico das necessidades de formação, onde o informante apresenta entre outros dados, os principais motivos que fundamentam as suas necessidades de formação, se para aquisição de conhecimento, se para resolução de um problema de desempenho, se para utilização de novas tecnologias, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho fez-nos refletir sobre o discurso do professor de língua portuguesa e sua prática pedagógica, bem como apresentar propostas que poderão contribuir para o currículo do profissional de letras, sabedoras de que, nas últimas décadas, inúmeras foram as mudanças significativas eficazes que as concepções e as teorias acerca do interacionismo trouxeram para o campo da aprendizagem da língua materna, minimizando a influência da teoria estruturalista dogmática da linguagem.

O levantamento das noções de gramática, pontos observados no percurso do tópico da análise, permite-nos identificar que corrente teórica elas refletem, para, então,

dar-se início a seleção dos tópicos e textos a serem tratados nas capacitações continuadas.

Não há dúvida de que, por mais que nos últimos 20 anos, a área da Lingüística Aplicada ao ensino do Português tenha-se desenvolvido a existência de vários mecanismos de avaliação, ainda há muito o que se discutir quando se fala no trinômio: formação continuada de professores de Língua Portuguesa X novas concepções de linguagem e de ensino-aprendizagem X integração das IES às demais esferas da educação, em especial da educação pública.

Se a graduação não garante a habilidade, no domínio profissional, se há disparidade, em certos casos até gritantes, entre a disciplina Língua Portuguesa e as práticas pedagógicas, nada mais coerente que este trabalho sugira a formação continuada como peça, para paulatinamente, construir-se uma integração exitosa entre os diversos níveis de ensino; e construir-se, na prática, o que de fato acreditamos seja o papel social das Instituições de Ensino Superior.

Nesta linha, ousamos acreditar e passar essa crença para todos que partilham e compartilham conosco a missão de ser professor/educador, um processo de reflexão sobre o ensino-aprendizagem do português, sob novas bases teórico-metodológicas, há de diminuir a decolagem entre teoria e prática pedagógica.

Os professores-sujeitos desse processo e a UFPE/FLUP, pela crença nas informações que pudemos sistematizar e que problemas e valores semelhantes estão presentes no cotidiano das questões de ensino-aprendizagem no mundo português/brasileiro, no mundo brasileiro/português, e as instituições parceiras levarão adiante o seu compromisso social com a consolidação da cidadania plena a todos os membros da sociedade circundante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANASTASIOU, L.G.C. *Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica*. IBPEX, Curitiba, 1998.
- ARRUDA, José Elizaldo do Carmo. *O Projeto Vitae e a formação do Professor de Língua Portuguesa: História, Avaliação e resultados*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, Recife, 2000.
- BECHARA, E. Gramática funcional: naturezas, funções e tarefas. In: NEVES, M.H.M. (org.). *Descrição do Português II*. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Araraquara: UNESP, 1991. Ano V. n 1, pp 1-97.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sancionada em 12 de dezembro de 1996, pelo Presidente da República Federativa do Brasil.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, José Anchieta. *A competência comunicativa em língua portuguesa de alunos universitários: estratégias para uso no ciclo geral, área 1, UFPE*. Recife, 1993.
- CATANI, Afrânio Mendes. *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CORBLIN, Francis. *Savoir la grammaire et faire de la grammaire*. In: HUOT, Héléne et alli. *De la Grammaire Scientifique à la Grammaire Scolaire*. Paris: Université Paris 7, 1988.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1976.
- FERNANDES, Cleoni M. B.; GRILLO, Marlene (orgs). *Educação Superior – travessias e atravessamentos*. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.
- GERALDI, João W. *Linguagem e ensino*. Campinas: ALB/Mercado Aberto de Letras, 1996.
- KLEIMAN, Ângela & SIGNORINI, I (Orgs.) *Ensino e formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- KOCH, Ingedore Grunfel Villaça. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- KOCH, I.G.V. & VILELA, M..A *Gramática da Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2001.
- MARTELOTTA, M. S.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MATEUS, M. H. Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.

2000.

NÓVOA, A. (org). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992b.

NUNES, Clarice. *Diretrizes curriculares nacionais – ensino médio*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo; Cortez, 2000.

PORTUGAL. *Política do Ensino Superior. Bases para um Programa*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica, 1975. p.11.

PORTUGAL. *Evolução do Sistema de Ensino, 1960-61 a 1973-74*, Lisboa: Secretaria Geral/Ministério da Educação e Investigação Científica, 1975.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Gramática - ensino plural*. Editora Cortez: São Paulo, 2004.

VILELA, Mário A. & KOCH, Ingedore Vilaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra-Portugal: Almedina, 2001.